

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL, NÃO CONVERSÍVEIS, EM SÉRIE ÚNICA, DA RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

RODONORTE – CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A., sociedade anônima com sede no Estado do Paraná, na Cidade de Ponta Grossa, à Rua Afonso Pena, 87, Vila Estrela, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.221.531/0001-30 (doravante denominada “EMISSIONORA”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 2.439 - 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54 (doravante denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, instituição financeira pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal e serviços na Avenida República do Chile nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social (doravante denominada simplesmente “BNDES”),

CONSIDERANDO que a EMISSIONORA irá dar continuidade aos investimentos previstos nos primeiros 5 (cinco) anos do Contrato de Concessão nº 075/97 e seu aditivo, celebrados em 14 de novembro de 1997 e 22 de março de 2000, respectivamente, entre a EMISSIONORA e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (doravante denominado “Contrato de Concessão”), que compreendem (i) para o período 1998 – 1999: (a) obras de recuperação inicial e construção das instalações operacionais, executadas nos primeiros seis meses do Contrato de Concessão pela Rodonorte, antes da autorização para a cobrança de pedágio; (b) obras de restauração das vias principais, manutenção dos trechos de acesso, melhorias e outros investimentos executados pela Rodonorte para a manutenção das condições mínimas de trafegabilidade do sistema rodoviário explorado; (c) investimentos realizados em sistemas e equipamentos operacionais e administrativos; e (d) despesas pré-operacionais; e (ii) as obras de melhorias e ampliação a realizar-se no período 2000 – 2002: (a) duplicação de rodovias; (b) construção de passarelas nos pontos críticos; (c) obras de restauração, visando o restabelecimento da qualidade das rodovias; e (d) investimentos em sistemas e equipamentos operacionais e administrativos (doravante denominado “Projeto”);

CONSIDERANDO que o Projeto será financiado por meio da contratação de um financiamento junto ao BNDES (doravante denominado “Contrato de Financiamento”) e uma emissão pública de debêntures da EMISSIONORA (as “Debêntures” e juntamente com o Contrato de Financiamento, coletivamente denominados os “Financiamentos”); e

CONSIDERANDO que os Financiamentos terão as garantias referidas no Contrato de Constituição de Caução de Receita, de Ações e Cessão de Indenizações e no Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias, que encontram-se anexos a este instrumento; e

CONSIDERANDO que a Companhia de Concessões Rodoviárias, a Porto de Cima Concessões S.A., a Cesbe S.A. – Engenharia e Empreendimentos e a Rotas Centrais Participações Ltda. são as empresas patrocinadoras do Projeto (doravante denominadas em conjunto simplesmente “Patrocinadores”) e concordaram em assumir, como suporte adicional ao Projeto, as obrigações previstas no Contrato de Suporte dos Patrocinadores (em conjunto com o Contrato de Constituição de Caução de Receita, de Ações e Cessão de Indenizações e com o Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias, doravante denominados coletivamente os “Contratos de Garantias”, que encontram-se anexos ao presente instrumento);




BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, em Série Única, com Garantia Real, Não Conversíveis, da Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) da EMISSORA realizada em 28 de junho de 2001.

Nos termos do § 1º do Art. 59 da Lei nº 16.404/76 a AGE delegou ao Conselho de Administração os poderes previstos nos incisos VI a VIII de referido artigo 59, incluindo poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, época e condições do pagamento de juros e ágio ou deságio, bem como do cancelamento de Debêntures em tesouraria, e para propor, em nome da EMISSORA, à assembléia de Debenturistas as alterações que julgar necessárias com relação a esta Escritura.

A AGE da Emissora delegou, ainda, ao Conselho de Administração da Emissora poderes para aprovar e divulgar o deságio a ser definido em processo de *bookbuilding*.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão de Debêntures será registrada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada “CVM”) na forma das Leis nºs 6.385, de 07.12.76, 6.404 de 15.12.76, 9.457 de 05.05.97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da AGE realizada em 28 de junho de 2001 que deliberou sobre a emissão das Debêntures foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob número 20011624299 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Paraná e no jornal “Gazeta Mercantil” – Edição do Estado do Paraná em 12 de julho de 2001.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura será registrada no competente Registro Geral de Imóveis da Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na sede da EMISSORA.

2.4. Formalização das Garantias

As garantias reais referidas na Cláusula VII abaixo serão devidamente registradas, nos termos dos Contratos de Garantia.




BND&S
Carla Gaspar Primay,
Advogada

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social:

3.1.1. A EMISSORA tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Malha Rodoviária constituída (i) pela Rodovia BR-376, no trecho entre São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa, (ii) pela Rodovia BR-277, no trecho entre São Luís do Purunã e Curitiba, (iii) pela Rodovia PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa e (iv) pelos trechos rodoviários de acesso a estas rodovias: **a)** PR-092 entre o entroncamento com a PR-151 (A) e o entroncamento com a PR-151 (B) com 7,2 km de extensão; **b)** PR-151 entre o entroncamento com a PR-239 e o entroncamento com a PR-092, com 33,12 km de extensão; **c)** PR-239 entre o rio Itararé e a PR-151 (Senges), com 12,29 km de extensão; **d)** PR-813 entre a BR-376 e Furnas, com 1,3 km de extensão; **e)** PR-340 entre Ortigueiras e o entroncamento com a PR-376, com 1,37 km de extensão; e **f)** PR-090 entre o entroncamento com a PR-151 (B) e o entroncamento com a PR-153, com 25 km de extensão, compreendendo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a ampliação, a operação e a exploração desta Malha Rodoviária, mediante a cobrança de pedágio, e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão com o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR em decorrência da Concorrência Internacional nº 005/96 – DER/PR, relativa ao denominado Lote nº 05.

3.2. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

3.3. Destinação dos Recursos

O volume total de recursos obtidos através da presente emissão de Debêntures será destinado para a liquidação de compromissos financeiros de curto prazo, já contratados para custear investimentos realizados, cabendo ao AGENTE FIDUCIÁRIO elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter o acompanhamento da aplicação dos recursos captados através da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA.

3.4. Colocação e Procedimento

A colocação será pública, no mercado de balcão não organizado, com a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição.

3.5. Negociação

A Emissão será registrada para negociação no mercado através do Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

3.6. Certificados de Debêntures

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, servindo como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato em nome do Debenturista, emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das Debêntures escriturais e banco mandatário contratado pela EMISSORA.




Carla Gaspar Primay,
Advogada

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Das Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal: O valor nominal das Debêntures será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 340 Debêntures.

4.1.4. Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em série única.

4.1.5. Data de Emissão: Para qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de maio de 2001.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 09 (nove) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de maio de 2010.

4.1.7. Forma: As Debêntures serão da forma escritural e nominativa, sendo o Banco Itaú S.A., a instituição financeira responsável pela escrituração.

4.1.8. Modalidade: Debêntures não conversíveis em ações.

4.1.9. Espécie: As Debêntures terão garantia real, na forma prevista no Art. 58 da Lei nº 6.404/76, representada pela caução, em favor dos Financiadores, de 329.854.257 ações ordinárias e 659.708.532 ações preferenciais detidas pelos acionistas da Emissora.

4.1.10. Prazo de Subscrição: As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP.

4.2. Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data que será divulgada nos anúncios de início de distribuição, com ágio ou deságio definido em processo de *bookbuilding*, aplicado sobre seu valor nominal atualizado e acrescido da remuneração definida no item 4.3 abaixo, acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. O deságio máximo da emissão será de 4,98% (quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento), sobre o valor nominal do título.





Carla Gaspar Primay,
Advogada

4.3. Remuneração

4.3.1. Atualização do Valor Nominal - As Debêntures terão atualização monetária de acordo com a variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$VNa = VN \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor nominal atualizado, ou seja, o valor nominal multiplicado pelo índice de variação do IGP-M da data de emissão, ou da data da última amortização, até o período “n”;

VN = Valor nominal na data de emissão ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

NI₀ = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao da emissão das debêntures;

NI₁ = valor do número índice do IGP-M do mês da emissão das debêntures ;

NI₂ = valor do número índice do IGP-M do mês seguinte ao da emissão das debêntures;

NI_n = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização;

NI_{n-1} = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da data de emissão, ou do 1º dia do mês da atualização, até a data de atualização;

dct = número de dias corridos do mês de atualização;

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

No caso de não divulgação temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do índice por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o índice a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última variação percentual divulgada para o índice.

4.3.2. Juros: As Debêntures serão remuneradas por uma taxa de juros de 11% (onze por cento) ao ano, base 360 dias, incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado, calculados exponencialmente, desde a data da emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios devidos ao final do período de capitalização e que serão pagos anualmente, a partir de 01 de maio de 2002 (conforme item 4.4), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DC}{360}} \right] - 1 \right\}$$

J = Valor dos juros remuneratórios devidos anualmente;

VNa = Valor nominal ou saldo do valor nominal atualizado, anteriormente descrito;

Taxa = Taxa igual a 11%aa, expressa ao ano (base 360 dias); e

DC = Números de dias corridos entre o último evento e a data atual.



BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

Esta remuneração será paga anualmente, sempre no primeiro dia útil do mês de maio do respectivo ano, vencendo-se a primeira em 01 de maio de 2002.

4.4. Das Condições de Pagamento

4.4.1. Amortização Programada: O principal das Debêntures será pago em sete parcelas anuais, vencíveis em 1º maio de 2004, 1º maio de 2005, 1º maio de 2006, 1º maio de 2007, 1º maio de 2008, 1º maio de 2009, 1º maio de 2010. A primeira parcela será no valor correspondente a 10% do valor nominal, na Data de Emissão, e as demais no valor correspondente a 15% do valor nominal, na Data de Emissão, conforme quadro abaixo.

<u>Data</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Parcela Amortizada</u>	<u>Valor Nominal não Amortizado</u>
01.05.04	250.000,00	25.000,00	225.000,00
01.05.05	225.000,00	37.500,00	187.500,00
01.05.06	187.500,00	37.500,00	150.000,00
01.05.07	150.000,00	37.500,00	112.500,00
01.05.08	112.500,00	37.500,00	75.000,00
01.05.09	75.000,00	37.500,00	37.500,00
01.05.10	37.500,00	37.500,00	zero

4.4.2. Pagamento de Juros: Os juros serão devidos e pagos anualmente, em 1º maio de 2002, 1º maio de 2003, 1º maio de 2004, 1º maio de 2005, 1º maio de 2006, 1º maio de 2007, 1º maio de 2008, 1º maio de 2009 e 1º maio de 2010.

4.4.3. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às amortizações e juros remuneratórios a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela EMISSORA, por meio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados por esta ou, na hipótese de determinadas Debêntures não estarem vinculadas a este sistema na sede da EMISSORA, ou ainda, em instituição financeira contratada pela EMISSORA para tal fim.

4.4.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nacional, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.4.5. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além dos juros remuneratórios, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, sobre o montante devido, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 4.4.5. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceram para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.5. Das Opções de Venda dos Debenturistas ao BNDES

4.5.1. O BNDES se obriga a adquirir, no 39º mês após a Data de Emissão, ou seja, 01 de agosto de 2004 (“Primeira Data de Aquisição”), a totalidade das Debêntures desta emissão que estiverem em circulação, detidas pelos Debenturistas que, a exclusivo




BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

critério destes, manifestarem sua intenção de exercer a opção de venda (doravante denominada “Primeira Opção de Venda”), desde que a Emissora não esteja inadimplente em relação aos pagamentos previstos nesta Escritura e no Contrato de Financiamento, de acordo com as seguintes condições:

4.5.1.1. Os Debenturistas que desejarem exercer sua Primeira Opção de Venda deverão se manifestar entre os dias 15 de maio de 2004 e 30 de maio de 2004, através do SND (Sistema Nacional de Debêntures), indicando a quantidade de Debêntures objeto do exercício da Primeira Opção de Venda. Os titulares de Debêntures não vinculadas ao SND que desejarem exercer sua Primeira Opção de Venda, deverão fazer com que suas Debêntures objeto de opção de venda estejam vinculadas ao SND antes do período de manifestação referido acima, e adotar os mesmos procedimentos estabelecidos nesta Cláusula 4.5.1.

4.5.1.2. O exercício da Primeira Opção de Venda será irrevogável e irretratável.

4.5.1.3. Vencido o prazo estabelecido no item 4.5.1.1, o Debenturista não poderá mais exercer a Primeira Opção de Venda.

4.5.1.4. As Debêntures objeto de exercício da Primeira Opção de Venda ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, durante o período compreendido entre a manifestação dos Debenturistas a que se refere o item 4.5.1.1. acima, até a Primeira Data de Aquisição.

4.5.1.5. No primeiro dia útil após o encerramento do período de manifestação da Opção de Venda a que se refere o item 4.5.1.1. acima, ou seja em 01 de junho de 2004, o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitará a identificação dos Debenturistas que exerceram a Opção de Venda, às instituições participantes do SND.

4.5.1.6. Em até 5 dias úteis, contados da data a que se refere o item 4.5.1.5. acima, ou seja até 8 de junho de 2004, o AGENTE FIDUCIÁRIO informará à EMISSORA e ao BNDES a quantidade de Debêntures objeto da Primeira Opção de Venda.

4.5.1.7. Na Primeira Data de Aquisição, o SND liquidará automaticamente a compra e venda das Debêntures objeto de Primeira Opção de Venda, da conta de custódia do Debenturista optante para a conta de custódia do BNDES, com o respectivo pagamento do BNDES aos Debenturistas.

4.5.1.8. O preço a ser pago pelo BNDES será o valor nominal atualizado e não amortizado das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de forma “*pro rata temporis*” desde a data da última amortização de principal até a Primeira Data de Aquisição, confirmado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.5.2. O BNDES se obriga, ainda, a adquirir, no 75º mês após a Data de Emissão, ou seja, em 01 de agosto de 2007 (“Segunda Data de Aquisição”), a totalidade das Debêntures desta emissão que estiverem em circulação, detidas pelos Debenturistas que, a exclusivo critério destes, manifestarem sua intenção de exercer sua opção de venda (doravante denominadas “Segunda Opção de Venda”), desde que a Emissora não esteja inadimplente em relação aos pagamentos previstos nesta Escritura e no Contrato de Financiamento, de acordo com as seguintes condições:

4.5.2.1. Os Debenturistas que desejarem exercer a Segunda Opção de Venda deverão se manifestar entre os dias 15 de maio de 2007 e 30 de maio de 2007, através do SND (Sistema Nacional de Debêntures), indicando a quantidade de Debêntures objeto do exercício da Segunda Opção de Venda. Os titulares de Debêntures não vinculadas ao SND que desejarem exercer sua Segunda Opção de Venda, deverão fazer com que suas Debêntures objeto de opção de venda estejam vinculadas ao SND antes do período de manifestação referido acima, e adotar os mesmos procedimentos estabelecidos nesta Cláusula 4.5.2.

4.5.2.2. O exercício da Segunda Opção de Venda será irrevogável e irretratável.




BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

4.5.2.3. Vencido o prazo estabelecido no item 4.5.2.1, o Debenturista não poderá mais exercer a Segunda Opção de Venda.

4.5.2.4. As Debêntures objeto de exercício da Segunda Opção de Venda ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, durante o período compreendido entre a manifestação dos Debenturistas a que se refere o item 4.5.2.1. acima, até a Segunda Data de Aquisição.

4.5.2.5. No primeiro dia útil após o encerramento do período de manifestação da Segunda Opção de Venda a que se refere o item 4.5.2.1. acima, ou seja em 31 de maio de 2007, o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitará a identificação dos Debenturistas que exerceram a Segunda Opção de Venda, às instituições participantes do SND.

4.5.2.6. Em até 5 dias úteis, contados da data a que se refere o item 4.5.2.5. acima, ou seja até 7 de junho de 2007, o AGENTE FIDUCIÁRIO informará à EMISSORA e ao BNDES a quantidade de Debêntures objeto da Segunda Opção de Venda.

4.5.2.7. Na Segunda Data de Aquisição, o SND liquidará automaticamente a compra e venda das Debêntures objeto da Segunda Opção de Venda, da conta de custódia do Debenturista optante para a conta de custódia do BNDES, com o respectivo pagamento do BNDES aos Debenturistas.

4.5.2.8. O preço a ser pago pelo BNDES será o valor nominal atualizado e não amortizado das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de forma “*pro rata temporis*” desde a data da última amortização de principal até a Segunda Data de Aquisição, confirmado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.6. Das Comunicações

4.6.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal “Gazeta Mercantil”, sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, no mesmo prazo, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.6.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Endereço: Rua Afonso Pena, 87, Ponta Grossa, PR

Att. Sr. Silvio Rogerio Marchiori

Telefone: (42) 220-2904

Fax: (42) 222-4484

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Endereço: Av. Paulista nº 2.439 - 11º andar, São Paulo, SP

Att. Departamento de Agente Fiduciário

Telefone: (11) 3061-9444, ramais 459 / 472

Fax: (11) 3061-0964





BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

Para o BNDES:

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL:

Endereço: Av. República do Chile, 100 – 9º andar, DELOG – Departamento de Logística, Rio de Janeiro, RJ

Att. Sr. Roberto Zurli Machado

Telefone: (21) 277-6830

Fax: (21) 220-6171

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem, com “aviso de recebimento”.

CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA

5.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se a notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da EMISSORA que: (a) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA.

5.2. Obrigações Afirmativas: até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO de outra forma autorizem, a EMISSORA se obriga a:

(a) manter vigentes as apólices de seguro conforme estabelecido pelo Contrato de Concessão, sendo o BNDES e os Debenturistas nomeados como co-beneficiários;

(b) permitir que os profissionais designados pelo BNDES e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO tenham acesso às informações relativas à execução do Projeto;

(c) fornecer ao BNDES e ao AGENTE FIDUCIÁRIO seus Balanços Anuais auditados e quaisquer outras informações relevantes para o Projeto;


(d) notificar o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre eventos que possam, de forma significativa, afetar a capacidade da EMISSORA de desenvolver suas atividades de maneira satisfatória ou cumprir com suas obrigações relativas à esta Escritura e ao Contrato de Financiamento;

(e) notificar o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre quaisquer Eventos de Inadimplemento;

(f) utilizar os recursos do primeiro desembolso, sejam eles oriundos do Contrato de Financiamento ou da emissão das Debêntures, para liquidar os empréstimos de curto prazo da empresa (“empréstimos-ponte”); e

(g) permitir ao BNDES e ao AGENTE FIDUCIÁRIO a supervisão periódica da execução do Contrato de Concessão nos aspectos relacionados aos investimentos, operação e manutenção do Projeto até o completo e integral repagamento dos Financiamentos.




BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

5.3. Obrigações Negativas

5.3.1. Até a amortização total dos Financiamentos, e a menos que o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO de outra forma assim o autorizem, a EMISSORA obriga-se a:

(a) não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do AGENTE FIDUCIÁRIO, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) Contrato de Financiamento e as Debêntures; (ii) dívidas subordinadas contraídas diretamente dos Patrocinadores, cuja remuneração seja igual ou inferior à remuneração das Debêntures, passíveis de amortização somente após a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e sempre imediatamente após a realização de cada pagamento anual devido sob as Debêntures; (iii) contas a pagar incorridas no curso normal das atividades da EMISSORA que não estejam vencidas por mais de 90 dias; (iv) empréstimos de capital de giro contraídos no curso normal das atividades da EMISSORA, que não excedam, a qualquer momento, o valor principal agregado de R\$ 10 milhões, sendo que referidos empréstimos não poderão ser utilizados para quitar quaisquer dívidas subordinadas; e (v) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos solicitadas pelo Poder Concedente e aceitas pela EMISSORA para as quais tenham sido aplicados os mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão até o limite de R\$ 30 milhões;

(b) não criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da EMISSORA, exceto: (i) aqueles previstos nos Contratos de Garantias; e (ii) cauções ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da EMISSORA;

(c) não prestar fiança ou outras garantias a terceiros ou assumir obrigações de qualquer natureza de terceiros;

(d) não terminar, aditar, modificar ou descumprir quaisquer obrigações ou compromissos estabelecidos na presente Escritura e ao Contrato de Financiamento;

(e) não realizar operações de consolidação ou reorganização societária; e

(f) não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica do Projeto (cuja definição encontra-se ao final deste item “f”) e do atingimento do índice abaixo: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) mínimo de 1,30, calculado com base nas demonstrações financeiras da EMISSORA divulgados nos relatórios trimestrais exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários de acordo com a seguinte fórmula:

$$i = \frac{x - y - w}{b}$$

onde:

i = Índice de Cobertura do Serviço da Dívida;

x = Receitas Operacionais;

y = Custos + Despesas Operacionais + Tributos;


w = Investimentos e

b = Soma de principal e juros relativos ao período.

O ICSD poderá ser calculado a cada trimestre, a partir de dezembro de 2004, considerando-se, no mínimo, os resultados dos últimos 12 (doze) meses, e terá seus valores de receita e despesa extraídos das ITR (Informações Trimestrais).

Considera-se Conclusão Técnica do Projeto, a data em que as seguintes condições forem satisfeitas: (i) o Projeto deverá estar apropriadamente construído, com os equipamentos necessários à operação instalados e em funcionamento de acordo com as especificações de projeto; os trabalhos executados deverão ser recebidos e aceitos pela Rodonorte e pelo Poder Concedente de acordo




Carla Gaspar Primay,
Advogada

com o Contrato de Concessão, inexistindo ressalvas de natureza relevante; (ii) não deverá haver pagamentos isolada ou conjuntamente relevantes pendentes de liquidação junto aos construtores e fornecedores, exceto aqueles que ainda estejam de alguma forma sendo disputados de boa-fé entre as partes; (iii) todas as licenças federais, estaduais e/ou municipais, aprovações e consentimentos necessários à construção e operação das rodovias exploradas pela Rodonorte deverão ter sido obtidas, não devendo existir exceções ou ressalvas relevantes que de alguma forma impeçam ou prejudiquem a implantação e/ou operação normal do objeto do Contrato de Concessão; (iv) o cumprimento das regulamentações ambientais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, quando existentes, deverá ter sido observado, não devendo haver exceções ou ressalvas relevantes, que possam de alguma forma prejudicar ou impedir a operação normal do objeto do Contrato de Concessão; (v) nenhum evento de inadimplemento previsto na Escritura de Emissão ou no Contrato de Financiamento deverá ter ocorrido e não ter sido solucionado pela Rodonorte; (vi) a Emissora envie comunicação formal aos Financiadores informando-os da conclusão do Projeto, acompanhada de cópia do aceite do Poder Concedente referido no item (i) acima; e (vii) o BNDES tenha aceitado formalmente a ocorrência da Conclusão Técnica do Projeto.

5.3.2. A EMISSORA somente poderá amortizar as dívidas subordinadas referidas no item (ii) da alínea (a) da Cláusula 5.3.1, total ou parcialmente, em uma única parcela anual no dia 6 de maio de cada ano e desde que os pagamentos devidos sob as Debêntures tenham sido realizados.

CLÁUSULA VI - DA COMPRA DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

6.1. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado e não amortizado, acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1. A EMISSORA reserva-se no direito de, a qualquer tempo, resgatar parcial ou totalmente as Debêntures em circulação a partir do 36º mês após a Data de Emissão de Debêntures, pelo seu valor nominal não amortizado e atualizado conforme previsto na Cláusula IV acima, mediante publicação de aviso aos debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias.

6.2.2. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado no Jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

CLÁUSULA VII – DAS GARANTIAS REAIS E DO SUPORTE DOS PATROCINADORES

7.1. Contratos de Garantias: As Debêntures da presente emissão são garantidas, nos termos dos Contratos de Garantias, por: (i) caução de 99,99% (noventa e nove por cento e noventa e nove centésimos) das ações representativas do capital social da EMISSORA até a amortização final dos Financiamentos; (ii) caução das receitas da EMISSORA decorrentes da exploração das Rodovias; (iii) cessão de indenização dos seguros contratados pela EMISSORA, (iv) caução das Contas Vinculadas e Aplicações Financeiras (conforme definidas no Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias) e (v) cessão da indenização devida pelo Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão, nos termos dos Contratos de Garantias, os quais encontram-se anexos à presente Escritura, na forma do Anexo I.




BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

Estas garantias serão compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do Contrato de Financiamento e das Debêntures e sua execução será conduzida pelo BNDES e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos dos Contratos de Garantias.

7.2. Limite de Emissão: A presente emissão cumpre os limites estabelecidos pelo artigo 60 da Lei nº 6.404/76, sendo que a garantia real considerada para esta emissão constitui-se na caução de 99,99% das ações representativas do capital social da EMISSORA. Referidas ações possuem valor econômico estimado em R\$ 209 milhões, com base nas suas demonstrações financeiras e no fluxo de caixa datados de 31 de dezembro de 2000. O valor econômico estimado das ações caucionadas permite a emissão de até R\$ 167,2 milhões em debêntures da EMISSORA, ou seja, 80% do valor econômico da garantia real prestada. O valor da presente Emissão é R\$ 85 milhões, o que corresponde a 40,67% do valor econômico das ações caucionadas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Valor da Garantia Real:	R\$ 209,0 milhões
Limite de Emissão com Garantia Real:	R\$ 167,2 milhões
Valor Total da Emissão:	R\$ 85,0 milhões
% do Valor da Garantia Real:	40,67%

7.3. Suporte dos Patrocinadores: Até a amortização total dos Financiamentos, e a menos que o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO de outra forma assim autorizem, os Patrocinadores assumirão perante o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, em benefício dos Debenturistas, as obrigações previstas no Contrato de Suporte dos Patrocinadores anexo à presente.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- a) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- b) manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;
- c) não realizar operações fora de seu objeto social;
- d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- g) não obstante o disposto no item 5.3.1. (f) acima, não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme o estabelecido pelo estatuto social da EMISSORA, se estiver incorrendo em mora, relativamente a qualquer obrigação constante desta Escritura.
- h) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social;
 - dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;




Carla Gaspar Primay,
Advogada

- imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;
- cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e
- na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.6.1 da cláusula IV.
- imediatamente, informações relacionadas com a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, definido na Cláusula IX abaixo.

CLÁUSULA IX – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas, mediante comunicação escrita à EMISSORA com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor do saldo do valor nominal atualizado e não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos (“Eventos de Inadimplemento”):

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures ou do Contrato de Financiamento nas respectivas datas de vencimento;
- b) liquidação ou decretação de falência ou concordata da EMISSORA;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA e/ou pelos respectivos Patrocinadores de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantias, nesta Escritura ou no Contrato de Financiamento, as quais, com exceção dos eventos dispostos nas demais alíneas desta cláusula 9.1, não tenham sido sanadas em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e BNDES;
- d) descumprimento, por parte da EMISSORA de qualquer obrigação(ões) pecuniária(s) em valor singular ou agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 30 dias a contar da data de inadimplemento; e
- e) perda ou cassação da concessão da rodovia detida pela EMISSORA.

9.2. Fica, porém, desde já acordado que o AGENTE FIDUCIÁRIO somente poderá declarar o vencimento antecipado das obrigações constantes desta Escritura com base nos itens “c” e “d” da Cláusula 9.1 acima caso o faça em conjunto com o BNDES.

9.3. Em qualquer caso, nos termos das Cláusulas 9, 6 e 5 do Contrato de Constituição de Caução de Receitas, de Ações e Cessão de Indenizações, Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias e Contrato de Suporte dos Patrocinadores, respectivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar o BNDES com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data pretendida para declaração do vencimento.

9.4. As condições constantes desta Cláusula IX não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação pela Assembléia Especial dos Debenturistas da presente emissão, especialmente convocada pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

9.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO acompanhará a ocorrência dos Eventos de Inadimplência mediante consultas realizadas junto à CETIP quando das datas de pagamento e declarações fornecidas pela EMISSORA.





BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

CLÁUSULA X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão, Planner Corretora de Valores S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:


- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil;
- f) que foi verificada a regularidade da constituição das garantias contempladas na Cláusula VII desta Escritura e que, até a data de assinatura deste instrumento foi observada a sua suficiência e sua exequibilidade, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983; e
- g) não estar em situação de conflito de interesses, em observância à Lei nº 6.404/76, artigos 66 a 70, e Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, em seus artigos 9º e 10.

10.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do fim do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- b) É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;





Carla Gaspar Primay,
Advogada

- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 10º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado nos Registros de Imóveis nos quais será registrada a presente Escritura;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição;
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição das garantias previstas nos Contato de Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a companhia, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;



BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

l) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;

m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;

n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

n.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

n.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;

n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando for o caso;

n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.

o) colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

o.1) na sede da EMISSORA;

o.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

o.3) na CVM;

o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

o.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.





Carla Gaspar Primay,
Advogada

- p) publicar, no jornal “Gazeta Mercantil” – Edição Nacional, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item “o”;
- q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto;
- r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- u) fiscalizar o cumprimento das cláusulas dos Contratos de Garantias, incluindo mas não se limitando, o acompanhamento e verificação do funcionamento da estrutura de controle de contas descrita nas Cláusulas 1 e 2 do Contrato de Vinculação e Caução de Contas Bancárias, por meio de relatórios fornecidos pelo Banco Depositário e pela EMISSORA ao Agente Fiduciário, nos termos das Cláusulas 2.9 e 2.10 de referido contrato; e
- v) verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão prescrito no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função da garantia real oferecida.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) executar as garantias dadas, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- d) requerer a falência da EMISSORA; e
- e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

10.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.




Carla Gaspar Primay,
Advogada

10.6. Remuneração

10.6.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ou ao seu eventual substituto, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por ano, devido em parcelas trimestrais de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão;
- b) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador, se houver);
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, acumulado no respectivo período; e
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

10.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

10.6.3. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

10.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

10.7.2. No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.




Carla Gaspar Primay,
Advogada

10.7.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o disposto na alínea “e” do item 10.6.1.; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.4. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma deste item 10.7., será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

10.7.5. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA XI - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA ou de titularidade dos Patrocinadores.

11.1. Convocação

A assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.


11.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.





BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

11.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada pela maioria das debêntures em circulação.

CLÁUSULA XII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível contra este de acordo com os seus termos e condições.

12.2. A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) o Prospecto contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, bem como relatório contendo a descrição das atividades dos Patrocinadores, no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas em boa fé, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;
- (e) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;




Carla Gaspar Primay,
Advogada

(f) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de junho de 2001, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 1º de novembro de 2001.

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Nome: MAURÍCIO FOMES VASCONCELOS
Cargo: DIRETOR-PRINCIPAL

Nome: SILVIO ROGERIO MARCHIORI
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Nome: Roberto M. da Silva
Cargo: Presidente

Nome: Roberto Carlos da Costa
Cargo: Diretor



BNDES
Carla Gaspar Primay,
Advogada

REG. CLAUDIA MACEDO KOSATZ BORBA
1º REG. DE IMOVEIS
PONTA GROSSA - PARANÁ

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome: Artur Martins Figueiredo
Cargo: Procurador

Nome: Viviane A.R. dos Santos
Cargo: Procuradora

TESTEMUNHAS:

Nome: RICARDO FROES ALVES FERREIRA
RG: M-2.716.650
CPF: 791.791.776-20

Nome: Silvia Nougalli Salmeron Zangirolami
RG: 20.946.283-8
CPF: 195.272.738-38

60. TABELionato - NOME: CLAUDIA MACEDO KOSATZ BORBA
Rua Cosme e Damião, 143
Cidade: Ponta Grossa - PR
RG: 156.181
Reg. Auxiliar: R-15.136
Matrícula: Debentures 06/11/2001
Claudia Macedo Kosatz Borba - Oficial
Carteira de Trabalho - Escrevente
CNPJ: 01.018.113-01

REGISTRO DE IMOVEIS
Rua XV de Novembro, 297 - Ponta Grossa - PR
Protocolo nº 156.181
Reg. Auxiliar: R-15.136
Matrícula: Debentures 06/11/2001
Claudia Macedo Kosatz Borba - Oficial
Carteira de Trabalho - Escrevente
CNPJ: 01.018.113-01



SÃO PAULO - CAPITAL
Rua Bela Cintra, 1165 - Capital - SP
Fabio Tadeu Bissoni - Tabelião

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO (182511);
VIVIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS;
(118113).
São Paulo, 18 de outubro de 2001.
EN TEST. DA VERDADE.

RONICLAY DOS SANTOS REBO - ESCRIVENTE
CDD. SEGURANÇA: 0353/18102001-1
USADO SORETE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 1,83 ** TOTAL R\$ 3,66
DESEMPENHADOR: MARCELO 111729

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por
semelhança as firmas de: FRANCISCO ROBERTO ANDRE GROS e OCTAVIO
LOPES CASTELLO BRANCO
No: 17902
Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2001. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia: 4,39
20% P. Judicial: 0,86
Total: 5,25
Renato C. Duarte - Substituto

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA

OFÍCIO
DE NOTAS
18542694



DES
Carla Gaspar Primay
Advogada